

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Caros Colegas participantes nesta Audição sobre Comércio

A Associação Comercial de Braga, agradece o convite e manifesta a sua total disponibilidade para colaborar com o Grupo de Trabalho de Comércio e Serviços da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia da Assembleia da República no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas que ajudem a melhor compreender o desenvolvimento do comércio em Portugal.

O Comércio Tradicional é um sector de actividade que se orgulha de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país, de dar vida aos Centros Urbanos, de ser humanista e solidário e de continuar a investir nas localidades respeitando as tradições e a cultura nacionais.

A nossa participação nesta audição procurou responder ás cinco questões essenciais que nos foram colocadas: - alargamento dos horários das grandes superfícies, - papel das autarquias locais, - quadro legal, - soluções inovadoras e desafios para o sector e políticas públicas.

Quanto ao alargamento dos horários das grandes superfícies surge evidente que esta decisão não considerou a realidade do país, mas antes resultou, en

nossa opinião a uma cedência do governo aos grandes interesses. É sabido que o comércio tradicional não poderá acompanhar este alargamento de horário e que a grande distribuição ficará a operar numa lógica de monopólio em cerca de 500 horas por ano. Ninguém procurou analisar os impactos desta medida, ao nível das infra-estruturas de funcionamento das cidades e dos custos que induzem na despesa pública. Mais transportes públicos, mais iluminação pública, mais segurança pública, entre outros serviços públicos que têm de funcionar em horário mais alargado para garantir o funcionamento de um restrito grupo de empresas. Mais despesa pública para as autarquias locais e para o Estado em nome de um fictício aumento de empregabilidade, cujo número total tem vindo sempre a descer.

A concentração da distribuição alimentar no país fica perigosamente dependente de um muito restrito grupo de empresas que passarão a condicionar fortemente a oferta e em nossa opinião a distorcer a concorrência.

A lógica de abertura e licenciamento sem critérios de defesa do interesse público e nacional exige às autarquias um novo papel de entidade mais presente nas dinâmicas de controlo e verificação, policiamento, manutenção de novos serviços de piquetes de assistência para a utilização das infra-estruturas concelhias que estão obrigadas a ter um maior horário de funcionamento em carga completa.

As taxas municipais sobre a actividade económica terá de ser revista e ajustada às novas realidades e as autarquias ver-se-ão obrigadas a desenvolver mecanismos de observatório do comércio.

No âmbito do Licenciamento Comercial o país regrediu com a nova legislação ao desconsiderar o papel da sociedade civil, mormente das Associações Comerciais que participaram activamente nas comissões de licenciamento comercial.

O Cadastro Comercial desatualizado apenas beneficia as lógicas monopolistas dos grandes interesses instalados que apenas centram a sua acção numa perspectiva da sociedade consumista e que quando em perda abandonam rapidamente os projectos, sem olhar aos prejuízos causados nas localidades, com famílias completas no desemprego.

É preciso reinventar as cidades e os centros urbanos, para poderem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esse desafio requer uma nova capacidade de projectar o crescimento e a sua sustentabilidade. As Câmaras Municipais já não o conseguirão fazer sozinhas, têm de abrir-se aos actores sociais do município, de os ouvir e de os acarinhar para atingirem melhores resultados.

Ao nível das políticas públicas é também necessário desenhar novos programas de modernização do comércio, que favoreça o empreendedorismo

de jovens, que favoreça a promoção de igualdade de género e estimule a inovação e criatividade, sem deixar de acompanhar a evolução das actividades económicas convencionais.

Elaboramos um documento mais extenso e detalhado com muitas novas sugestões que entregaremos ao senhor presidente deste grupo de trabalho.

Muito obrigado pela atenção.

Lisboa, 13 de Dezembro de 2010

O Presidente da Direcção da ACB

---

(Dr. Domingos Macedo Barbosa)